

ACTA N ° 04/ AM /2007

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA QUINZE DE MAIO DE DOIS MIL E SETE-----

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e sete, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1.PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Dia Municipal do Bombeiro – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal;--

---b)Acordo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a Empresa Pelicano – Investimentos Imobiliários, Lda.-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Alexandre Rosa, Maria de Lurdes Palminha, José Diogo, Luís Filipe Duarte, António Isidoro, Miriam Vicente, Hélder Nunes e Joaquim Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença, do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, Álvaro Beijinha, Pedro do Ó Ramos e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Dia Municipal do Bombeiro – Atribuição da Medalha de Mérito Municipal;--

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“PROPOSTA: 1. Aprovar a atribuição da Medalha de Mérito Municipal a:-----

- António Joaquim Martins.-----
- José António Silva Medinas.-----
- Luís Manuel da Almeida Zacarias. -----
- Anastácio Pereira Raposo.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos do Regulamento de Concessão de Condecorações pelo Município de Santiago do Cacém, nomeadamente dos seus artigos 3º e 9º.-----

- **António Joaquim Martins** – Bombeiro da Associação de Bombeiros Voluntários do Cercal do Alentejo com vasta obra em prol do apoio ao próximo. Foi o primeiro bombeiro desta Associação e Sócio fundador sempre disponível para servir os bombeiros, sendo à presente data, Presidente da Assembleia Geral.-----

- **José António Silva Medinas** – Bombeiro da Associação de Bombeiros do Cercal do Alentejo, ao longo de trinta e dois anos, tem dedicado a sua vida à nobre causa dos bombeiros, mostrando mesmo na emergência mais grave, o espírito de dedicação e sacrifício que é apanágio dos Bombeiros, prestando em todas as circunstâncias o auxílio que lhe tem sido solicitado.-----

- **Luís Manuel da Almeida Zacarias** – Bombeiro da Associação de Bombeiros de Alvalade, desde a primeira hora da fundação deste Corpo de Bombeiros, para além do empenho sempre que chamado na emergência, também na sua profissão de mecânico sempre se disponibiliza para acorrer a avarias e recuperação de viaturas, contribuindo assim para uma melhor operacionalidade do equipamento.-----

- **Anastácio Pereira Raposo** – Bombeiro da Associação de Bombeiros de Santiago do Cacém desde 29 de Outubro de 1975, agraciado com vários louvores e condecorações, é elemento do Quadro de Honra do Corpo de Bombeiros de Santiago do Cacém.-----

Ao longo de trinta e um anos, serviu a causa, sempre com espírito de equipa, amigo de todos e cumpridor dos seus deveres, abdicando muitas vezes da família e do seu tempo de descanso para cumprir os serviços para que estava escalado, nunca regateou esforços para cumprir na íntegra a sua obrigação.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade começando por saudar todos os presentes, referindo em seguida que os eleitos do PS consideram muito importante a realização de sessões da Assembleia Municipal de forma descentralizada, pelo que apresentaram uma proposta neste sentido, acrescentando que existe consenso nesta matéria de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, para que haja uma maior aproximação das populações.-----

Relativamente ao assunto em apreço, considerou positivo que o Município possa reconhecer aqueles que com o seu esforço e de uma forma altruísta contribuem com sacrifício da sua vida e dos seus familiares para ajudar a comunidade, pelo que felicitou os que agora são distinguidos, sem esquecer os outros que prosseguem a sua colaboração com espírito de vontade que é de enaltecer.-----

Interveio o senhor José Sucena que em seu nome e em nome dos eleitos da CDU cumprimentou os presentes que quiseram vir acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal.-----

Referiu que a CDU considera que os Bombeiros são fundamentais para que os cidadãos possam viver em paz, e que os mesmos, muitas vezes com prejuízo da sua vida pessoal, vão em auxílio das pessoas nos piores momentos.-----

Acrescentou que tem uma grande admiração pelos Bombeiros, pelo que a primeira iniciativa que tomou ao vir residir na freguesia de Santiago do Cacém, foi inscrever-se na Associação de Bombeiros.-----

Mais referiu que há que agradecer também às entidades patronais que tem ao seu serviço cidadãos que são Bombeiros, as quais, na generalidade, os dispensam sempre que é necessário combater algum fogo, dando desta forma o seu contributo para a Comunidade.-----

Referiu ainda que, hoje, são propostos quatro Bombeiros para serem homenageados, mas podiam ser muito mais, acrescentando que no próximo ano outros serão homenageados.-----

Lembrou que a atribuição de medalhas terá lugar no próximo dia vinte, Dia Municipal do Bombeiro, nos Paços do Concelho, apelando à participação de todos.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por saudar os presentes em seu nome e do Bloco de Esquerda, referindo que também se congratula com a presença dos fregueses do Cercal nesta Sessão da Assembleia Municipal que se realiza fora dos Paços do Concelho, esperando que venha a crescer o número de sessões descentralizadas e que as mesmas contem com a presença dos munícipes.-----

Relativamente ao assunto em apreço, referiu lamentar que os Bombeiros de Santo André não tenham um representante, esperando que os problemas existentes naquela Associação sejam rapidamente solucionados.-----

Mais referiu que não pode deixar de fazer um reparo sobre o facto desta deliberação ainda não ter sido aprovada pela Assembleia Municipal e já ter sido publicitada, esperando que este procedimento não passe a ser uma prática, porque não é o mais correcto.-----

Interveio o senhor António Albino, Presidente da Junta de Freguesia do Cercal do Alentejo, que saudou todos os eleitos e população presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, onde serão tratados dois assuntos importantes para a Freguesia do Cercal e para o Município em geral.-----

Mais referiu que é sempre de louvar e saudar a disponibilidade dos Bombeiros, sempre prontos a acudir a situações difíceis.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a votação da proposta na generalidade, bem como a dispensa do voto secreto, o que foi aprovado, por unanimidade.-----

O senhor Presidente colocou em seguida a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada por unanimidade e aclamação**.-----

--- **b) Acordo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a Empresa Pelicano – Investimentos Imobiliários, Lda.**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar a Minuta de Acordo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a empresa Pelicano – Investimentos Imobiliários Lda, respeitante à elaboração dos planos de pormenor da “Planície do Cercal” e “Parque da Cidade de Santiago do Cacém.” *-----

FUNDAMENTOS: 1. Considerando que o turismo constitui um dos principais factores de desenvolvimento sócio - económico de Santiago do Cacém.-----

2. De acordo com o nº 2 do artigo 3º da Lei dos Solos “-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.”-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que estão presentes nesta Sessão representantes e elementos da equipa técnica da empresa Pelicano, para uma apresentação detalhada do conteúdo do Acordo, bem como a equipa técnica da Câmara

Municipal responsável pela revisão do PDM, atendendo ao facto do Acordo de Colaboração se inserir, por um lado, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo Litoral, o qual prevê que triplique a oferta turística na região, por outro lado, no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo e no próprio Plano Director Municipal, bem como as perspectivas que existem, desde há muito tempo, do desenvolvimento turístico do Município, o qual dispõe de um Plano Estratégico neste âmbito, elaborado por uma equipa do Instituto Politécnico de Tomar, que apresenta um conjunto de vectores importantes para o desenvolvimento turístico do Município.-----

Informou que o processo relativo ao assunto em apreço teve início no mandato anterior, tendo em conta que o Município dispõe de um conjunto importante de recursos no âmbito do turismo nomeadamente, sol, mar, património cultural, planície e barragens, vocacionados para a saúde, descanso e lazer. Acrescentou que o Município dispõe de onze quilómetros de faixa costeira, sendo dois terços de área de reserva. Mais referiu que foi com esta base que se decidiu avançar com o processo, tendo a empresa Pelicano mostrado disponibilidade para investir, sendo necessário a elaboração de planos de pormenor para avançar com os investimentos em causa, os quais compreendem uma vasta área de solo rural, no interior do Município, a qual se estende desde a Herdade do Canal até à planície do Cercal, onde há problemas graves de despovoamento e de produção de riqueza agrícola, corredor onde existe somente o montado de sobro, este também com problemas graves.-----

Mais informou que o projecto terá o acompanhamento da CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo, à qual já foi apresentado, seguindo todos os procedimentos relativos à elaboração dos instrumentos de ordenamento do território. Acrescentou que a existência de planos de pormenor é uma condição fundamental para o investimento e que, permitindo a Lei dos Solos a cedência de terrenos a entidades privadas, o Município poderá desenvolver este processo em articulação com a empresa Pelicano e a coordenação da CCDRA. Mais informou que a AFLOPS – Associação de Produtores Florestais, também estará envolvida no processo, e que a empresa Pelicano irá também elaborar um Plano de Gestão Ambiental. -----

Acrescentou que outro aspecto importante tem a ver com as acessibilidades, ou seja, a ligação deste corredor interior ao Litoral.-----

Informou ainda que o conteúdo deste projecto não é exactamente o mesmo que foi apresentado inicialmente, porque neste período de dois anos, a Câmara Municipal e a empresa Pelicano foi construindo o projecto que agora se apresenta, o qual resulta de muita análise e discussão conjunta, acrescentando que as preocupações que presidiram à sua elaboração assentaram em dois factores: A questão ambiental e a produção de riqueza no Município.-----

Mais informou que este Acordo consubstancia ainda a elaboração de dois planos de pormenor, e que os projectos em apreço se inserem numa estratégia de desenvolvimento equilibrado do Município que compreende outros instrumentos de ordenamento do território nomeadamente, os projectos para as barragens, de Campilhas e da Fonte Serne, recentemente aprovados, bem como os PPs de Brescos e da Costa de Santo André. Contudo, lembrou que estes planos chegam a levar dez anos para serem aprovados pela Administração Central.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual começou por referir que, hoje, pode ser dado um passo muito importante para o Município com a provação do Acordo em apreço, tendo em conta que está actualmente em discussão o Plano Nacional de Desenvolvimento do Território, assim como a elaboração do PROT, os quais apontam o Turismo como principal vector

de desenvolvimento do País, enquanto a Câmara Municipal procede também à revisão do PDM.-----

Acrescentou que após várias discussões entre as partes foi possível chegar ao Acordo em apreciação, salvaguardando os interesses das pessoas e do Município.-----

Por solicitação do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente concedeu a palavra ao responsável e técnicos da equipa da empresa Pelicano, para apresentação do projecto, começando por intervir o senhor José Miguel Lupi Caetano, referindo que há cerca de dois anos que a empresa Pelicano vem trabalhando esta proposta de desenvolvimento turístico com a Câmara Municipal, acrescentando que o turismo é, hoje, a principal actividade económica em que todo o Mundo aposta como alavanca de desenvolvimento e que Portugal tem condições naturais e culturais excelentes para se desenvolver nesta área. Mais referiu que os investimentos da empresa Pelicano não se destinam somente a valorizar pequenas áreas rurais com a sua transformação em áreas urbanas, mas também a garantir a sustentabilidade de um vasto território, a nível regional e concelhio, sendo intenção da empresa que a economia gerada nessa área de intervenção possa desenvolver toda a região, dando garantias ambientais fortes da envolvente aos projectos, para atrair o turismo e também em termos económicos e de gestão do espaço envolvente, tendo em conta que o espaço previsto para a instalação de equipamentos turísticos é de mil e cem hectares, mas haverá uma área de segurança de quinze mil hectares que será valorizada pela actividade turística.----

Acrescentou que Santiago do Cacém têm particularidades importantes nomeadamente, o facto de grande parte do seu território não estar sobre a faixa de pressão que é a zona litoral, como acontece nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, onde vão ser concretizados investimentos na primeira linha de praia, mais complicados do ponto de vista ambiental. -----

Acrescentou que grande parte da mão-de-obra do Município de Santiago do Cacém é aplicada na Plataforma Industrial de Sines e, caso não sejam criados investimentos neste, outra parte da sua mão-de-obra será captada por aqueles Municípios vizinhos.-----

O senhor Presidente concedeu em seguida a palavra aos arquitectos, Raquel do Rosário e Paulo Reis Silva, os quais fizeram uma apresentação geral da proposta de desenvolvimento do projecto de turismo para o Município e seus objectivos, o qual compreende nomeadamente, um plano de gestão ambiental, um plano de acessibilidades e um plano de sustentabilidade, conforme documentos anexos à presente acta.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que ouviu com particular atenção as exposições feitas, considerando que há um conjunto de questões que devem ser colocadas, tendo em conta que todos os presentes querem para o Município o melhor desenvolvimento económico e social, no presente e no futuro. -----

Acrescentou que a Minuta de Acordo em apreço foi aprovada, por unanimidade, pelo Executivo Municipal. Contudo, gostaria de saber, se a mesma pressupõe a aprovação posterior de uma estratégia de desenvolvimento turístico para o Município, se a Assembleia Municipal já foi chamada a discutir essa estratégia ou se antes de o fazer, já está a aprovar um acordo de parceria com uma entidade privada que, obviamente, pretende tirar o maior lucro possível do negócio.-----

Mais referiu que na página três do documento consta que uma das razões porque é estabelecido este Acordo é porque a Câmara Municipal não dispõe dos meios humanos e materiais necessários para a elaboração dos planos de pormenor, quando a elaboração dos PPs de Brescos e da Costa de Santo André foram da sua iniciativa e elaborados com os seus próprios recursos.-----

Acrescentou que o Acordo prevê um conjunto de obrigações a que a Câmara Municipal se compromete nomeadamente, a diligenciar junto da CCDRA e de outras entidades públicas no sentido de obter as autorizações, pareceres e aprovações necessárias ao projecto, bem como a desenvolver, junto do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, as acções conducentes à desafectação do terrenos abrangidos pelo Plano de Pormenor da Herdade do Canal, do regime da Reserva Ecológica Nacional, ou seja, o Município obriga-se perante um operador privado a diligenciar, de todas as formas possíveis, no sentido da viabilização do empreendimento. -----

Referiu ainda preocupação relativamente ao conteúdo do número dois da cláusula oitava do Acordo, porque o mesmo permite modificações posteriores do mesmo, sem que sejam ratificadas pela Assembleia Municipal.-----

Questionou ainda, se a área edificada de 750.000 m², constante no anexo quinto do documento, é propriedade da empresa Pelicano, e qual a distribuição prevista, de unidades hoteleiras e moradias.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que há muito tempo que os eleitos do PS vem colocando a necessidade de investimento turístico no Município, tendo em conta a sua grande centralidade e um vasto conjunto de potencialidades neste âmbito.-----

Mais referiu que esta não é uma sessão pública de apresentação de um projecto de investimento, mas sim, uma Sessão da Assembleia Municipal em que está sendo exposta uma intenção de investimento no Município, o que, em sua opinião, faz toda a diferença, porque a Assembleia é constituída por Grupos Municipais das diferentes forças políticas que nela têm assento, com projectos próprios, e uma Câmara Municipal, de maioria comunista, pelo que, a discussão que se desenvolver sobre este assunto reflectirá esta composição.-----

Referiu ainda que na Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar em Brescos, aquando da aprovação dos PPs, de Brescos e da Costa de Santo André, levantou a questão da importância da participação dos privados no esforço de planeamento das Autarquias, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal referido na altura que preferia que fosse a Autarquia a desenvolver sozinha estes planos, porque não queria fazer cedências aos grupos económicos, pelo que se congratula pela nova visão do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre esta matéria, considerando que é este o caminho a seguir, com base numa lógica de responsabilidade e não de promiscuidade, unindo esforços para criar investimento e por essa via mais postos de trabalho.-----

Relativamente ao conteúdo dos documentos questionou, se não será exagerado o número previsto de quinze mil camas para uma área de setecentos e cinquenta hectares, assim como os cinco pisos previstos para os edificios hoteleiros, tendo em conta o modelo existente em empreendimentos turísticos na zona, nomeadamente, em Tróia. Por outro lado, considerou que estes projectos não se devem limitar a uma visão compatível somente com a divisão administrativa do território, mas devem interagir com os empreendimentos turísticos existentes noutros Municípios.-----

Referiu ainda que o preocupa o facto da Câmara Municipal na formulação do documento sustentar que os Planos de Pormenor devem ir ao encontro dos projectos, quando, em sua opinião, deve ser ao contrário, ou seja, as Autarquias fazem o planeamento, definindo qual a utilização dos solos e os projectos terão que se enquadrar nessa visão de desenvolvimento que for aprovada. -----

Por outro lado, acrescentou que nos documentos já se fala nos projectos a concretizar, os quais desconhece, com a certeza da sua qualidade e razoabilidade para o território, pelo que questionou, se há algo que não conste nos documentos que a Câmara Municipal

domine e que está na base da sua convicção ou se haverá algum exagero no que é referido.-----

Acrescentou que também é referido no documento que a Câmara Municipal se obriga a diligenciar no sentido da desafecção de terreno da REN, em função da fundamentação que for apresentada pela empresa, questionando se não fazia mais sentido que a Câmara Municipal apreciasse a fundamentação da empresa e só então actuasse caso conclua que a mesma é justa, considerando que esta situação pode configurar algum facilitismo para os investidores, o que seria de evitar.-----

Considerou ainda que no documento não devia constar a referência que é feita relativamente á falta de meios humanos e materiais por parte da Câmara Municipal para a elaboração dos planos de pormenor, porque os privados devem participar no esforço financeiro de planeamento do território, por uma questão de justiça e porque quando o fazem é porque tem um projecto e quando investem visam, legitimamente, obter algum lucro.-----

Concluiu referindo que se trata de um passo muito positivo e que as referências que fez não vão inviabilizar o voto favorável dos eleitos do PS, porque consideram que é preciso cativar cada vez mais investidores, embora lhe pareça que o documento podia ser melhorador.-----

O senhor Rui Madeira questionou sobre o número médio de turistas previsto e as suas nacionalidades. -----

Questionou ainda, se os objectivos relativos a Alvalade se inserem no âmbito do Património Histórico e se está previsto algum estudo de requalificação da zona histórica daquela Vila.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta de Acordo em apreço foi aprovada, por unanimidade, pelo Executivo Municipal, acrescentando que há uma conjugação de elementos e instrumentos de ordenamento, não só do Município, mas também a nível nacional, que devem ser tidos em conta, pelo que a análise deste assunto terá que considerar as estratégias locais e nacionais no âmbito turístico em que o mesmo se insere, tendo como objectivo aproveitar os recursos múltiplos existentes no Município, tirando partido da excelência ambiental e de uma zona interior desfavorecida neste momento, com problemas sérios relativos às dificuldades sentidas no mundo rural que tem levado ao despovoamento, sendo necessário encontrar alternativas estratégicas de desenvolvimento. Contudo, acrescentou que a Câmara Municipal continuará empenhada relativamente a tudo o que possibilite o incremento da produção agrícola e pecuária, bem como no que respeita à defesa da floresta.-----

Mais referiu que o documento em apreço se enquadra no âmbito das estratégias que o Município pretende desenvolver e nos instrumentos de planeamento que existem a nível nacional, regional e municipal.-----

Relativamente aos PPs de Brescos e da Costa de Santo André, referiu que foi opção da Câmara Municipal desenvolver directamente aqueles planos da faixa costeira, e que a sua posição tem que ser analisada no contexto da discussão que teve lugar na altura, tendo em conta que a questão que se levantou foi de que o Município de Grândola tinha entregue a elaboração dos planos aos privados, do que terá resultado uma avanço mais rápido dos processos.-----

Acrescentou que o Município pode confiar a outra entidade a elaboração dos planos de pormenor, cujo processo é acompanhado pela Câmara Municipal e pela CCDRA.-----

Esclareceu, relativamente às questões colocadas sobre o número 3, da cláusula 5ª, que é preciso ter em conta que cabe à Câmara Municipal requerer junto das entidades competentes a desafecção do terreno da REN. Acrescentou que o terreno da Herdade

do Canal é do domínio privado do Município, no qual existe uma pedreira abandonada há muitas dezenas de anos, espaço que é necessário requalificar para se aproveitar aquele recurso em termos económicos. -----

Relativamente à tipologia do projecto, referiu que se trata de uma intenção, e que, no seu desenvolvimento, terão que ser tidos em conta um conjunto de factores.-----

Acrescentou que para atrair o turismo é fundamental que haja alojamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual esclareceu relativamente à questão colocada sobre a cláusula 8ª que, no caso de haver alterações ao Acordo, as mesmas serão submetidas à Assembleia Municipal.-----

Mais referiu que não são os Planos de Pormenor que estão a ser apreciados, mas sim uma proposta de Acordo, a qual é um ponto de partida para um longo processo de discussão com as entidades envolvidas, o qual terá vários períodos de discussão pública, a exemplo de processos anteriores, porque a Câmara Municipal promove, efectivamente, a discussão pública, não o fazendo apenas como um acto formal.-----

O senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao representante da empresa Pelicano, senhor Miguel Caetano, para alguns esclarecimentos, o qual começou por referir que os planos de pormenor são da Câmara Municipal, conforme o previsto na lei, e serão aquilo que a Autarquia entender, em todas as suas vertentes.-----

Esclareceu relativamente aos meios humanos e materiais, que não se trata só da Autarquia ter ou não os quadros técnicos necessários, porque a elaboração destes planos exige várias equipas multidisciplinares.-----

Em relação às questões que se prendem com a REN, RAN, Montado de Sobro e todas as áreas existentes com protecção legal, informou que os investimentos previstos para a planície do Cercal não se situam em território abrangido por aquelas disposições legais. Quanto à Herdade do Canal, referiu que se trata de uma propriedade do Município e não faz parte do negócio privado com a Pelicano.-----

Relativamente às áreas, esclareceu que a Pelicano tem uma área de trinta por cento do terreno e tem acordos com os proprietários de três quinto da área que vai ser intervencionada. Acrescentou que não vai haver propriedades com valor superior por nelas se localizar mais ou menos edificação, porque vai ser aplicado um princípio do qual resultará para todos os mesmos benefícios e os mesmos ónus. -----

Mais esclareceu que os PPs vão de encontros aos planos Municipais e supra Municipais e terão que ser aprovados pela CCDRA mais um conjunto de entidades, e também pelo Conselho de Ministros.-----

No referente às médias turísticas previstas, esclareceu que os índices apresentados são os valores máximos, e que das quinze mil camas previstas prevêm uma ocupação média/ano, de seis mil, com turistas oriundos da Alemanha, Inglaterra, Irlanda e de Países do Norte da Europa.-----

Em relação a Alvalade, informou que aquela Vila deverá receber o “input” deste tipo de desenvolvimento, inserido no Plano Estratégico do Município, o qual terá em conta o seu património cultural e a sua área agrícola.-----

Quando ao modelo apresentado, esclareceu que a sua sustentabilidade varia de acordo com o espaço em que se insere, dando alguns exemplos.-----

Interveio novamente o senhor Arnaldo Frade, referindo que é fundamental a definição do modelo que se pretende, de forma a não se criarem inibições em termos de um desenvolvimento equilibrado no Município.-----

Mais referiu que as suas chamadas de atenção têm a ver com a forma como está redigido o documento nomeadamente, o constante na alínea a) da Cláusula 2ª “ Prever para os terrenos por ele abrangidos índices e parâmetros urbanísticos e de equipamento que

permitam realizar o projecto turístico...”, de onde se pode concluir que o plano vai ao encontro do projecto, quando devia ser ao contrário, pelo que recomendou à Câmara Municipal que equacionasse com o promotor a alteração daquela redacção, de forma a que fique mais consentânea com os interesses do Município.-----

Referiu ainda que o que foi abordado em Brescos tinha a ver com a elaboração de planos, em geral.-----

Interveio o senhor José Sucena, começando por saudar, em nome da CDU, o Acordo a que a Câmara Municipal e a empresa Pelicano chegaram, porque o considera histórico para o desenvolvimento futuro de uma vasta área e a consequente projecção na qualidade de vida das populações, com maiores reflexos em Santiago e no Cercal e com benefícios para todas as freguesias.-----

Sobre os considerandos do senhor Arnaldo Frade relativamente ao facto da CDU, Coligação de que faz parte não só o PCP mas também o PEV e independentes, estabelecer este tipo de acordos com entidades privadas, mostra desconhecimento do projecto da CDU, a qual sempre pautou pela defesa dos interesses das populações, pelo que, quando entende que é positivo para as mesmas estabelecer parcerias público ou privadas, não o deixa de fazer.-----

No referente a algumas questões jurídicas levantadas também pelo senhor Arnaldo Frade, recomendou uma melhor leitura da Cláusula 4ª do Acordo, a qual se refere às obrigações da empresa Pelicano.-----

Interveio novamente o senhor Francisco Roque, referindo que este Acordo o preocupa por duas ordens de razões, a primeira tem a ver com o que está subjacente ao mesmo, ou seja, no caso da planície do Cercal, estão em causa áreas rurais não urbanizadas e o que se prevê é a mudança do uso do solo através de um mero acto administrativo, como tem sido feito noutros pontos do País, levando a uma hiper valorização dos terrenos rústicos e à especulação imobiliária, dando em seguida conhecimento de um artigo do Professor Pedro Bring sobre o abate de sobreiros na Quinta da Várzea Fresca, propriedade do Grupo Espírito Santo, o qual tipifica esta situação.-----

Acrescentou que a segunda preocupação tem a ver com quem são estabelecidos estes tipo de acordos, referindo que no caso em apreço é com a empresa Pelicano, mas podia ser com outra empresa qualquer, considerando que se deve ter em atenção as situações relativas a outros projectos da empresa nomeadamente, da herdade do Pinheirinho, da Mata de Sesimbra e da Quinta do Conde, avaliando as semelhanças daqueles com o projecto para o Município, assim como o tipo de acordos estabelecidos com outras Autarquias.-----

Mais referiu que foi pesquisar algumas notícias publicadas na imprensa sobre aqueles projectos, tomando conhecimento, concretamente em relação ao projecto da Mata de Sesimbra, que apesar deste também ter o selo da “WWF – World Wild Find,” o primeiro parecer da CCDRA foi negativo, assim com os pareceres das três principais organizações ambientalistas do País, por considerarem que o mesmo era sustentável para aquela zona, por ter uma carga turística excessiva e falhas a nível dos instrumentos de planeamento. Fez ainda referência a outras situações anómalas que foram noticiadas relativas a outros projectos da empresa Pelicano.-----

Concluiu, referindo que é uma obrigação para com os eleitores alertar para estas situações.-----

Interveio o senhor Jorge Pinela, questionando a Câmara Municipal sobre quais as contrapartidas económicas e outras para o Município, resultantes do Acordo em discussão.-----

Mais referiu que lhe parece que se devia ter começado por estudar e definir um Plano no âmbito do Turismo para todo o Município e não avançar com planos parciais que podem vir a colidir com outros projectos.-----

Relativamente à questão ambiental, referiu não acreditar que estes projectos sejam bons para o ambiente, porque se trazem turistas, trazem estradas, construção, lixo e combustíveis, podem é prever a minimização dos impactos. -----

Mais referiu que é possível que a implementação deste tipo de projectos seja o caminho a seguir pelo País, contudo, não deixam de se colocar dúvidas, ou seja, se o projecto em causa não for aprovado pode ser mau para Município, se for aprovado, não se sabe bem qual vai ser o seu impacto no Município. Pelo que, considera que deve ser devidamente avaliada a possibilidade dos estragos que pode vir a causar.-----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, começando por referir que lhe parece que Portugal começa finalmente a apostar no turismo.-----

Mais referiu que vai votar favoravelmente o Acordo em apreço, esperando que a sua implementação seja bem sucedida para benefício do Município, ciente de que a empresa Pelicano está neste processo para obter lucros, como é natural, e que a mesma terá que enfrentar os fundamentalismos existentes no País relativamente à matéria em causa. Acrescentou que vai esperar para ver, se os diferentes órgãos da Administração Central que tem que emitir parecer sobre os projectos vão dar o tratamento que já devia ter sido dado a esta região há muitos anos, no sentido de uma exploração sustentada do seu potencial turístico.-----

Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho chamando a atenção para o facto das zonas da REN e da RAN serem cada vez mais o alvo dos fogos que todos os anos se verificam no País, acrescentando que as intervenções naquelas zonas não levam obrigatoriamente a um desequilíbrio, dependendo o mesmo da forma como forem feitas.-----

Mais referiu que o turismo é uma indústria de lazer e que as empresas modernas têm uma postura que não visa só o lucro mas também dar um contributo social para a comunidade.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor José Miguel Lupi Caetano para alguns esclarecimentos, o qual começou por referir que é necessário analisar com algum cuidado a informação que é transmitida pelos médias, porque os mesmos obedecem a estratégias político/comerciais de informação e desinformação, pelo que nem sempre o nosso conhecimento se pode basear nas notícias que aqueles veiculam, sob pena de podermos ser avaliados da mesma forma, dando como exemplo notícias que tem saído em alguns órgãos de informação sobre o Bloco de Esquerda, bem como algumas imprecisões na intervenção do senhor Francisco Roque sobre a Empresa Pelicano, esclarecendo que esta não tem projectos na Quinta do Conde como foi referido, assim como o projecto de Palmela Village e da Quinta do Anjo são o mesmo. Acrescentou que nem sempre tudo corre bem e que a culpa não é só das empresas, havendo por vezes alguma especulação por parte dos consumidores.-----

Relativamente à questão da valorização dos terrenos, referiu que a situação se prende com a legislação existente sobre esta matéria e que enquanto se faz o debate em torno da mesma o País não pode parar, pelo que as empresas avançam com os seus projectos com base no quadro legal existente, o qual prevê que as mais valias da transformação administrativa de território rural em urbano pertence ao Mercado, acrescentando que no caso concreto do projecto em apreço, a Pelicano é apenas proprietária de dez por cento do terreno em causa.-----

Mais referiu que a Pelicano tem feito um grande esforço para trazer projectos diferentes para Portugal, o que nem sempre tem sido devidamente compreendido, acrescentando

que ao contrário do que tem sido a prática no País, a Empresa defende que sejam feitas poucas, mas grandes intervenções, com dimensão económica e com planeamento, o que também é defendido pela “WWF” que é a maior organização ambientalista do Mundo, parceira da Pelicano nos seus projectos.-----

Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o Acordo agora submetido à Assembleia Municipal contém já um conjunto de princípios que vão balizar todo o desenvolvimento do processo nas suas diferentes fases. Acrescentou que na reunião com a CCDRA foram colocadas algumas questões que terão que ser tidas em conta, sendo também indispensável promover uma reunião entre a equipa da Pelicano e a Equipa da revisão do Plano Director Municipal.-----

Relativamente à abordagem que foi feita sobre a questão da alteração do uso do solo, a hiper valorização dos terrenos rústicos e a sua tradução em especulação imobiliária, referiu que o processo em causa se enquadra no âmbito da realidade existente no País, acrescentando que a Assembleia da República dispõem de mecanismos que permitem modificar esta realidade, através de alterações na legislação em vigor nomeadamente, na Lei dos Solos, no reforço da capacidade de expropriação por parte das Câmaras Municipais, nas mais valias do imobiliário, no referente aos perímetros urbanos e ao modelo de ordenamento do território.-----

Referiu ainda no que respeita ao Acordo em apreço que o que se pretende é que o Município aproveite e tire melhor partido dos recursos de que dispõe e da sua localização geográfica, de uma forma equilibrada que potencie a economia, criando novas oportunidades de emprego, mas não a qualquer preço. Acrescentou que os projectos visam uma faixa interior do Município que se defronta com problemas estruturais graves resultantes da Política Agrícola Comum e das orientações ou falta de medidas na área agrícola, pecuária e florestal.-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos, não tendo sido levantadas objecções.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que a possibilidade que existe de valorizar os solos através da alteração do seu uso, não é nenhuma ilegalidade, situação que só será alterada através de legislação. Acrescentou que lhe parece que existe alguma desistência por parte do Estado, Administração Central e Local relativamente a esta questão que tem originado problemas no ordenamento do território e a especulação imobiliária.-----

Mais referiu que o debate sobre esta matéria está em curso porque muitos consideram que não é economicamente lícito que com base num acto administrativo se proceda a alterações do solo, das quais resultam mais valias brutais com vantagens económicas para alguns, lamentando que as Câmaras Municipais e a Administração Central pouco tenham feito para alterar esta situação, pelo que irá continuar a alertar para a mesma e continuará a ter uma posição vigilante sobre esta matéria, porque considera que é esse o seu dever.-----

O senhor Jorge Pinela solicitou resposta à questão que atrás colocou relativa às contrapartidas económicas para o Município resultantes do Acordo em discussão.-----

O senhor Presidente referiu que esta questão já foi respondida ao longo da discussão e que também pode ser extraída da leitura dos documentos. Contudo, acrescentou que com os investimentos previstos se pretende, fundamentalmente, melhorar a qualidade de vida no Município.-----

Referiu ainda que o Alentejo enfrenta um problema demográfico complexo, sendo o investimento necessário para a criação de emprego que leve à fixação da população, considerando que esta é uma questão central para a qual o Município pretende desta forma dar o seu contributo.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Três dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e mais três dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela.-----

Um voto contra, do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade, em nome dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Votamos favoravelmente este Acordo na medida em que consideramos que o mesmo pode ser importante para a estratégia de desenvolvimento do Município, todavia, temos alguma dúvidas sobre o número de camas e o número de pisos. Consideramos também que a formulação do documento podia ser diferente, nos termos suscitados na discussão.-----

Esperamos e ambicionamos que as alterações legislativas anunciadas pelo Governo e que passam pela não submissão dos planos de pormenor a Conselho de Ministros, contribuam para o êxito mais rápido deste processo e para a aprovação de outros planos que o Município venha a adoptar.”-----

Pelo senhor Francisco Roque, eleito do BE, foi feita a seguinte declaração de voto: “Voto contra porque este Acordo assenta em deliberações da Assembleia Municipal que ainda não foram tomadas, concretamente uma estratégia de desenvolvimento turístico ainda não discutida nem aprovada pela Assembleia Municipal, porque obriga e compromete a Câmara Municipal a tudo fazer para viabilizar um projecto privado, especialmente a mudança do uso do solo, a sua aprovação pela CCDRA e demais organismos públicos, porque possibilita a valorização dos terrenos não urbanizáveis através de actos administrativos que alteram o uso do solo e permitem a sua urbanização, e porque o interesse público não está claramente explicitado e garantido.”--

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram zero horas e trinta minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----
